

Meus caros alunos e alunas, razão de ser desta Faculdade. Meus colegas docentes.

Esta é uma despedida. É o final de linha de um antigo estudante de uma geração contestadora que, ao longo da vida, converteu-se em um *maître à penser* e, agora, está sendo obrigado a deixar a USP por limite de idade. Quando entrei nesta Faculdade em 1968, ano marcado por efervescência de ideias, manifestações estudantis e palavras de ordem na Europa, Estados Unidos e América Latina, tudo parecia possível para um jovem recém-chegado de um colégio público de ensino médio.

“A imaginação toma o poder” e “a barricada fecha a rua, mas abre a via” - escreviam então nos muros os estudantes de Nanterre e da Sorbonne em 68, alegando que não pretendiam “conquistar o poder, mas transformá-lo”. Os anos em que estudei nesta escola foram marcados pelo fato de que aquelas manifestações espalharam ondas de protestos, no sentido romântico de uma retomada dos impulsos morais que as gerações anteriores teriam deixado se esvaír. Foi um período em que as ideias de estabilidade, de progresso e da civilização do bem-estar foram postas em xeque e em que a vida burocratizada e tecnocratizada passou a ser vista como opressão contínua.

Em que medida esse tipo sufocante de vida não estaria encoberto pelo que acreditávamos ser a racionalidade e a modernidade? – essa foi uma das indagações então surgidas. Em que medida o avanço da razão abraça caminho não para o progresso material ou espiritual da humanidade, mas para a acumulação desumanizante subjacente ao capitalismo e para o aumento de desigualdades? Se na primazia do desejo os estudantes franceses de 1968 almejavam outra vida e outro padrão de sociedade, os estudantes brasileiros desejavam liberdade, respeito aos direitos fundamentais e o retorno à democracia.

Cada geração tem sua cultura, sua história, suas crenças. Por isso, aquela onda de desejos libertários foi decisiva para a definição de minha formação. Venho de uma geração marcada pela contestação da hipocrisia e pela negação da ordem então estabelecida por meios ilegítimos. Sou de uma geração que, despertada pelas barricadas durante a ocupação das Arcadas e pela batalha da Rua Maria Antónia, descobriu que a verdade nunca esteve entre as virtudes políticas e que as mentiras sempre foram encaradas com o instrumentos justificáveis nessa matéria. Para os de minha geração que

optaram pela carreira acadêmica, cada um interpretando a seu modo a premissa socrática de que uma vida não questionadora não valeria a pena ser vivida, lecionar tornou-se uma forma de participar da vida pública – um modo de exercer a criatividade no debate sobre o destino da sociedade, o que nos abriu uma dimensão da experiência que, de outra forma, nos ficaria fechada.

Essa foi a razão pela qual não quis ser operador jurídico. Meu desejo foi permanecer na São Francisco, motivo pelo qual tornei-me professor dois meses após ter deixado de ser aluno. Estudei nos tempos da ditadura e passei meus primeiros anos como docente lecionando num período de supressão de liberdades e garantias públicas. Essa é uma ironia da vida. Outra está no fato de que, como professor de direito da USP desde 1973, demorei 16 anos para viver sob o Estado de Direito. Só conheci a democracia como realidade após a promulgação da Constituição de 88.

Contudo, e esta é uma terceira ironia, encerro minha carreira no mesmo ano em que a democracia voltou a ser ameaçada por uma tentativa de golpe protagonizada por boçais que queriam manter um personagem circense à frente do poder. Ou seja, no ano em que todos nós nesta escola tivemos de nos perguntar de que modo uma convivência democrática poderia coexistir com pressões antidemocráticas e resistir a novos atentados contra as instituições.

Curiosamente, ironias como essas constituem o contraponto de minha trajetória intelectual iniciada com a publicação de meu primeiro livro, *Poder e Legitimidade*, uma tese de mestrado no campo da filosofia do direito e da teoria política, e encerrada com o livro *Degradação democrática – o Brasil em risco*, lançado três semanas antes da intentona antidemocrática de 8 de janeiro de 2023.

Na época de minha graduação, o golpe de 64, o AI-5 de 68 e as duas décadas de ditadura afrontaram a universidade pública – inclusive com apoio de alguns setores mais servis e oportunistas da USP localizados na FD e na Faculdade de Medicina. A ditadura expulsou e perseguiu professores, impôs o silenciamento político dos que ficaram, substituiu o princípio da meritocracia pela ideia de alinhamento político no âmbito corpo docente e abriu caminho para o economicismo como padrão de gestão da universidade pública, para a massificação do ensino superior e para um viés profissionalizante que privilegiava o conhecimento utilitário. Para mim,

essas torpezas sempre foram objeto não só de interesse acadêmico, mas também de interesse jornalístico, já que trabalhei por 54 anos no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde trabalhei e aprendi com vários professores da USP, como Oliveiros Ferreira e Rolf Kuntz. Graças a isso, conciliei sala de aula e biblioteca com redação e um dos principais arquivos jornalísticos do país. Universidade e jornalismo propiciaram-me espaços de experiências múltiplas, de tensões contínuas, de formação teórica, de consciência crítica e de resistência.

O modelo inspirador da USP foi o da Universidade de Berlim criada em 1819 por Wilhelm von Humboldt, que considerava indissociáveis ensino, pesquisa e liberdade acadêmica com vista a uma sociedade desenvolvida e solidária. Enfatizando um pluralismo teórico e metodológico, a universidade *humboldtiana* propunha liberdade de ensino, liberdade de pesquisa e autonomia financeira e intelectual. Seu desafio foi conciliar as exigências internas das ciências com as exigências da sociedade. Nesse sentido, o papel do Estado seria apenas o de assegurar os recursos financeiros para as atividades universitárias. Por fim, a universidade *humboldtiana* propunha a indissociabilidade do ensino e da pesquisa como base para a formação de uma comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que também defendia como sua *alma mater* a filosofia como reflexão sobre as ciências.

Influenciada por um liberalismo ilustrado cujos valores e princípios eram apresentados como sendo de interesse geral e comum, a ideia dos criadores da USP era dupla: (i) garantir o devido suporte científico e técnico à industrialização de São Paulo; (ii) e criar condições para uma formação geral humanista e universal de elites dirigentes capazes de desenvolver o país. Em seus 90 anos de existência, a USP, como universidade pública, produziu e continua produzindo conhecimento sobre os entraves à modernização do país, sobre os desafios ao desenvolvimento e sobre o combate às desigualdades no âmbito de uma economia desumanizante.

A produção de conhecimento crítico é a função precípua de uma universidade pública enquanto *locus* autônomo de poder econômico e político; enquanto espaço de liberdade de criação e de pensamento independente e aberto ao diálogo. Conhecimento não é apenas sinônimo de prestígio e autoridade. É, também, instrumento de poder acadêmico, poder institucional e controle social, ora reproduzindo e justificando um padrão de organização econômica, ora criticando suas estruturas para

tentar torná-las mais justas. Como poder, o conhecimento está na essência das revoluções paradigmáticas da ciência. No campo social, é instrumento para mobilizações, protestos e revoluções. No campo político, é instrumento para o questionamento contínuo da ordem estabelecida

Na dinâmica da produção do conhecimento, as heterodoxias são mais importantes do que as ortodoxias no que se refere ao destino tanto da academia quanto da própria vida social. Elas viabilizam o avanço do conhecimento, questionando o saber acumulado, propiciando a crítica das teorias prevaletentes e identificando suas contradições internas com relação aos fenômenos que pretendem organizar e compreender. Ao questionar o senso comum teórico que assegura a reprodução dos valores e práticas dominantes, ao modificar métodos e procedimentos convencionais de pesquisa e ao refletir sobre as condições para uma nova relação entre técnicas jurídicas e práticas políticas, as heterodoxias também ajudam a abreviar os períodos de pouca criatividade e de pobreza científica e de quadros mentais estreitos.

Contudo, as heterodoxias têm seu preço. No passado ele implicava cicuta e fogueira. Hoje implica o risco da incompreensão e até de ameaças. No âmbito do ensino jurídico, esse preço tem a forma do desprezo à tentativa de exercitar uma imaginação criadora capaz de nos habilitar a decifrar o sentido dos acontecimentos, a agir como atores transformadores e a pensar o futuro como história. Apesar desse risco, porém, jamais deixei-me levar por uma visão do ensino como formação de mão-de-obra; como uma linha de transmissão de conhecimentos utilitários e de aptidões técnicas vinculada a práticas de gestão acadêmica como se a universidade fosse uma empresa e o mercado um valor universal capaz de estabelecer as necessidades básicas dos conteúdos curriculares. Em minha carreira uspiana, procurei agir como educador consciente da importância da responsabilidade social da docência e da ciência. Foi essa consciência que me levou a ver dois problemas na USP.

O primeiro envolve seu projeto original. Quando o reavaliarmos, vemos que em alguns períodos a USP enfrentou a um só tempo uma crise existencial, política e até moral, como ocorreu entre 1964 e 1968. Em outros momentos, também perdeu sua identidade originária. Deixou de ser a alma do saber inovador e do alargamento das fronteiras do conhecimento, para se transformar numa linha de produção de técnicos e burocratas tão ao

gosto de certas métricas de eficiência do Norte global, que valorizam avaliações, cumprimento de metas e resultados em termos basicamente quantitativos voltados não necessariamente aos interesses da sociedade, mas a interesses diretos de determinados segmentos dela. Com isso, ela cresceu desordenadamente e alguns cursos passaram a enfrentar problemas para manter a integridade e a independência intelectuais. Como consequência, a USP - ou parte dela - converteu conhecimento em mercadoria, sujeitando-se a exigências empresariais e incorporando-se a um circuito de produção e circulação de bens e serviços, sob a justificativa de oferecer “conhecimento útil” em um mundo competitivo.

Decorre daí o segundo problema: o que a USP tem de melhor? No caso da FD, elenco dois pontos: (i) mais do que a sala de aula, é seu pátio que é decisivo para a socialização e tomada de consciência social dos alunos; é dele que eles extraem a dimensão simbólica que deu às Arcadas prestígio e poder político; (ii) quanto à sala de aula, ela depende da formação intelectual de cada professor para que possa ser um *locus* para a conversão de seus discentes não só em operadores jurídicos qualificados, mas em profissionais responsáveis, transformadores, e capazes de preservar liberdades, enfrentar crises institucionais e defender a democracia.

5

Esses atributos são vitais nos sombrios tempos de hoje, pois as transformações científicas que promovem saltos econômicos e tecnológicos ao mesmo tempo ampliam as desigualdades entre países e na vida social de cada um deles. É um paradoxo que faz lembrar o historiador Fernand Braudel, para quem o desenvolvimento econômico é uma corrida de revezamento em que o bastão é um conjunto de tecnologias e instituições que se sucedem ao longo dos ciclos históricos.

O ciclo correspondente às cinco décadas em que lecionei na USP está relacionado a dois aspectos. Primeiro, esse foi um período em que os padrões de solidariedade e sentido ético de justiça cederam lugar a uma existência social monodimensional, a uma pasteurização domesticadora de corações e mentes e ao aviltamento das condições de vida e cidadania, em nome da racionalidade econômica. Ao abrir caminho para um processo de desconstitucionalização de liberdades e direitos, essa racionalidade tecnocrática pôs em xeque valores como justiça e equidade, que dão sentido moral e prático à própria noção de direito. Segundo, o advento de

novas tecnologias geraram novos problemas no mercado de trabalho e no próprio ensino superior.

Com as sucessivas ondas de transformação tecnológica, a duração do ciclo de formação universitária em algumas áreas tornou-se maior do que a do ciclo de consumo produtivo delas. O tempo de vida de muitas conquistas tecnológicas tornou-se inferior ao tempo gasto na formação de profissionais capazes de operá-la. Desse modo, a aceleração das técnicas e práticas produtivas fizeram com que o ensino superior deixasse de ser *anterior* ao trabalho, para se dar *conjuntamente* com ele, levando a formação acadêmica e a qualificação profissional a se fundirem num único processo.

Por isso, quanto maior for o hiato entre o ciclo de formação universitária de um perfil profissional e o ciclo de consumo produtivo de seus conhecimentos, maior será a necessidade de se recuperar os valores de uma forma de educação mais ampla, que não trate docentes só na perspectiva da produtividade e não veja os discentes como simples produto. A meu ver, o professor tem de interagir com o alunado numa perspectiva socrática, valendo-se das aulas de seminário para converter alunos passivos em alunos conscientes de uma situação social que eu descrevia a partir de indagações.

Lembro algumas delas: (i) como empoderar os mais pobres por meio de mecanismos jurídicos que materializem na vida cotidiana a ideia de cidadania econômica a partir de medidas concretas? (ii) onde está a justiça substantiva nos tribunais, uma vez que os operadores jurídicos que aplicam o direito positivo quase sempre estão fora da situação existencial das partes em conflito sobre os quais sobre a qual incidem as leis? (iii) de que modo identificar os diversos contextos sociais da construção e aplicação do direito, a fim de determinar suas potencialidades e seus limites nos processos de transformação social? (iv) estudar direitos humanos é estudar as normas que os disciplinam ou é promover uma relação dialógica com as lutas jurídicas e sociais pelo reconhecimento dos direitos e pela cidadania numa perspectiva emancipatória? Dadas as respostas pelos alunos, as aulas caminhavam na linha do direito que eu queria ensinar e do direito que os alunos queriam aprender, mediante o intercruzamento entre o ordenamento jurídico e as práticas e os problemas sociais. Qual seria, então, a metodologia adequada para se fazer esse intercruzamento?

Indagações como essas permitem ao alunado refletir sobre os fatos que observam, selecionam, comparam e avaliam. Para os professores, permitem mostrar como a Sociologia do Direito surgiu da confrontação com uma Ciência do Direito marcada pelo dogmatismo dominante no século 20. E também abre caminho para possamos oferecer ao alunado (i) uma visão global do mundo e modelos teóricos e analíticos que lhes propiciam o desenvolvimento de seu espírito crítico e a ampliação de suas cognições do contexto em que vivem; com todas suas incertezas e contingências; (ii) uma explicação do por que o ensino jurídico brasileiro se estruturou de modo autárquico, tornando-se incapaz de se perceber como manifestação cultural da sociedade; (iii) e uma exposição dos motivos que levaram o ensino de direito a se deixar seduzir por retóricas vazias.

Com isso, meus alunos podiam conscientizar-se do distanciamento que a FD tinha da realidade, em decorrência de suas idealizações alienantes sem maior relevância para o entendimento das contingências do mundo real. Identificavam o fosso que leva os cursos jurídicos fechados em seu mundo imaginário a uma percepção equivocada de seu ambiente e do mercado de trabalho. A mesma prática pedagógica também estimulava o alunado a compreender como a aplicação do direito pode ser orientada por uma cultura de cidadania democrática e por maior abertura à diversidade, ao multiculturalismo e à conscientização das vulnerabilidades sociais.

Sempre me opus a um ensino do direito baseado numa visão lógico-formal, que despreza a análise histórica das relações de força, autoridade, mando e de obediência, optando por uma teoria descritiva do Estado que conduz os cursos jurídicos a um isolamento estéril do direito em relação às ciências sociais. Minha opção foi por um modelo de ensino jurídico com base numa formação teórica, interdisciplinar e interessada, capaz de atender às necessidades de aperfeiçoamento epistemológico contínuo da ciência jurídica e de dar conta das questões sociais subjacentes às práticas jurídicas.

Neste momento em que deixo a USP, a universidade pública vive um momento difícil. Por pressões econômicas, parece estar sendo destituída de seu sentido histórico como instituição autônoma e reflexiva. Por pressões da globalização dos mercados, encontra-se espremida entre a lógica racionalizadora do capital e sua submissão a controles quantitativos de produção acadêmica. Com a ênfase cada vez mais nos resultados, corre o risco de deixar de ser uma instância crítica e perder sua independência.

Para se libertar dessa situação, a universidade pública tem pela frente alguns desafios: (i) ficar atenta à diversidade de fontes sobre a realidade social e saber avaliar a qualidade de cada uma delas; (ii) tomar cuidado para que a euforia de novos meios eletrônicos em sala de aula, como foi o caso do *power point*, não prejudiquem as conexões lógicas; (iii) ter consciência de que o trabalho em equipes muitas vezes favorecem a homogeneização das classes, em detrimento o da criatividade individual; (iv) ser mais firme e determinada em sua mudanças curriculares e organizacionais, com o objetivo de salvaguardar a coexistência de distintas visões de mundo e o respeito pela diversidade de valores e de opiniões; (v) ampliar a mobilidade acadêmica internacional de docentes, pesquisadores e estudantes; (vi) ser capaz de responder a questões sociais relevantes e lidar com problemas científicos, humanísticos, filosóficos e éticos trazidos pela história e para os quais a experiência ainda não ofereceu respostas plausíveis; (v) ter consciência de que se desafios como esses não forem vencidos, o ideal humanístico dos tempos da criação da USP correrão o risco de tornarem mera retórica; e, por fim (vi) e, nesse sentido, o maior desafio de aprender a lidar com a tensão entre a procura de novos conhecimentos científicos e um liberalismo perverso que defende uma economia desregulada, ignora a precarização dos mínimos vitais dos segmentos sociais pobres e rompe os laços primários de solidariedade.

Essa tensão grassa nas diferentes áreas do conhecimento. É isso que explica as decisões que transformam a obrigação constitucional de prestação de serviços públicos essenciais em negócios privados – isto é, incluindo os direitos sociais e outras conquistas civilizatórias no conceito geral de mercadoria. É nesse contexto que surgem pressões sobre a universidade pública, no sentido de que ela (i) deve substituir órgãos colegiados por dirigentes profissionais capazes de criar mecanismos de avaliação de produtividade comparáveis aos das linhas de montagem industrial e deve passar a cobrar anuidades de seus alunos e (ii) deve passar a cobrar anuidades de seus alunos e privatizar suas atividades, atuando como uma organização do setor terciário da economia.

Em um mundo que os fluxos de informação mudam velocidade geométrica, modificando continuamente competências, habilidades e conteúdos, a obsessão pela mercantilização da universidade pública deixa de lado dois pontos básicos subjacentes à concepção de Estado democrático de Direito. Em termos funcionais, ela pode levar à redução da autonomia universitária

e do desenvolvimento de pensamentos críticos e emancipadores. E, em termos morais, se algumas funções públicas podem ser privatizadas, determinadas responsabilidades não podem – entre elas o ensino público. Assim, o grande risco da ideia de que os mecanismos de mercado podem equacionar quaisquer problemas é que as ideias de convívio social e solidariedade sejam substituídas por uma lógica gerencial no modo de lidar com a vida.

A universidade pública exerce uma função vital na orientação do universo social. Por isso, quanto maior for sua autonomia, mais ela incorporará vozes advindas da sociedade que a circunda. Maior será sua capacidade de reflexão crítica. Mais consciência terá da tensão paradigmática entre a procura de novos conhecimentos científicos e a hegemonia de um tipo perverso de liberalismo que defende uma economia livre de amarras regulatórias, que não dá maior atenção à precarização dos chamados mínimos vitais dos setores mais desvalidos,

Neste meio século em que servi à USP, orgulho-me de ter pertencido a uma universidade pública que tem consciência dessa função. O simples fato de poder dizer isso a todos dá a medida do orgulho que tenho de ter pertencido a uma universidade pública como a USP, o que permitiu minha conversão em um intelectual público preocupado em assegurar o direito de sermos livres em todos os sentidos da ideia de liberdade.

9

Sentirei a falta de vocês. Muito obrigado.

José Eduardo Faria